



GT – 11: Grandes projetos urbanos, financeirização, estado e planejamento corporativo

"ATRÁS DO MURO EXISTE UM RIO QUE, NA VERDADE, NUNCA EXISTIU"

O Muro da Mauá e as disputas políticas em Porto Alegre

Autor: André Coutinho Augustin

Filiação institucional: DEE/SPGG/RS e Observatório das Metrôpoles

E-mail: andreaugustin.fee@gmail.com

RESUMO: Em maio de 2024, durante as enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, uma antiga polêmica porto-alegrense adquiriu importância: o Muro da Mauá. Parte do sistema de proteção contra cheias da capital gaúcha, o muro é acusado há 50 anos de ser responsável por afastar o Guaíba da cidade e da população. Embora nos últimos a derrubada do muro seja uma pauta mais alinhada politicamente à direita, enquanto a defesa dele seja mais comum entre a esquerda, isso nem sempre aconteceu. Este artigo traz um breve histórico das polêmicas sobre o Muro da Mauá, mapeando, em cada período, os motivos que levaram diferentes grupos políticos a se posicionarem pela sua manutenção, demolição ou substituição.

Palavras-chave: Porto Alegre. Muro da Mauá. Enchentes.

1. INTRODUÇÃO

“O hábito mais cultivado pelo porto-alegrense é amaldiçoar o tempo. E com alguma razão: derretemos nos calores úmidos de março, congelamos no inverno e somos vergastados pelas chuvas da primavera. [...] Só abandonamos as queixas no outono, quando os entardeceres alongam nossas sombras e, ao olharmos para cima, ficamos nostálgicos com a tonalidade dourada do céu, o céu de Érico Veríssimo. De certo modo, é quando recuperamos nossa dignidade.”

Luiz Antonio de Assis Brasil

Com essas palavras, o escritor Luiz Antonio de Assis Brasil começa seu pequeno ensaio publicado no Atlas Ambiental de Porto Alegre (Menegat, 2006), obra de referência sobre a capital gaúcha. Com o título de “E o Pampa nos cerca”, o texto divide as duas grandes seções do atlas: “O sistema natural” e “O sistema construído”. Esse hábito do porto-alegrense de

“amaldiçoar o tempo” não surge sem motivo: situada na latitude 30° Sul e a 100km do Oceano Atlântico, a cidade possui um clima subtropical úmido que apresenta grande variabilidade do tempo meteorológico ao longo do ano, já que se localiza em uma zona de transição climática em que massas de ar tropical se alternam com massas de ar polar.

Hoje, vinte e seis anos após a primeira edição da obra, os porto-alegrenses possuem ainda mais do que “alguma razão” para reclamar das condições meteorológicas da sua cidade e do seu estado, inclusive no outono, quando Assis Brasil esperaria ver “o céu de Érico Veríssimo”. Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul passou pelo maior desastre climático da sua história, quando um grande volume de chuva causou enchentes e diversos outros danos em quase todo estado. De acordo com a Defesa Civil, cerca de 2,4 milhões de pessoas foram afetadas pelas enchentes em 478 dos 497 municípios do estado. Em 8 de julho, 182 mortes já haviam sido confirmadas, mas ainda havia buscas por mais 31 pessoas desaparecidas (Rio Grande do Sul, 2024).

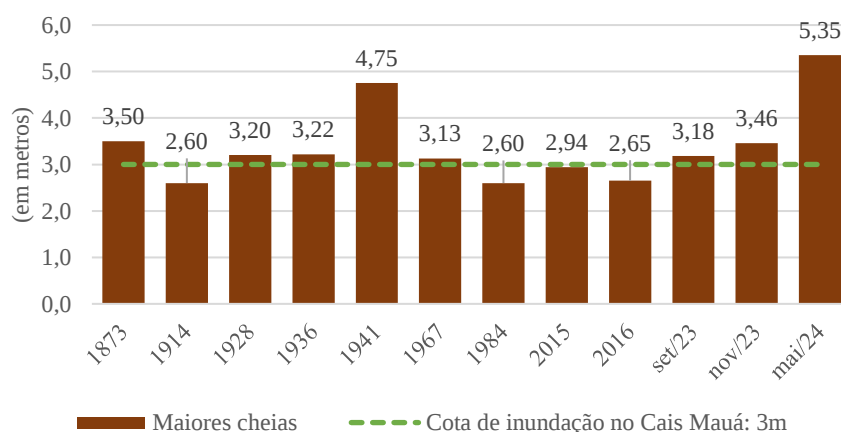
Os problemas começaram no fim de abril, quando fortes tempestades atingiram o sul do Brasil. Em Porto Alegre, onde a série histórica com dados pluviométricos existe desde 1910, maio de 2024 foi o mês mais chuvoso já registrado. A estação do Instituto Nacional de Meteorologia localizada no Jardim Botânico registrou uma precipitação de 664 mm de 27 de abril a 27 de maio, 44% da média histórica anual. Municípios da Serra e do Vale do Taquari registraram acumulados acima de 1.000 mm, ou mais de 50% das suas médias anuais (Nachtigall; Sias, 2024). Boa parte dessa água foi parar no Guaíba, cuja bacia hidrográfica ocupa uma área de 84.763,5 km² e que possui a maior densidade populacional do RS. Com isso, o Guaíba chegou, em 5 de maio a 5,35 m¹, o maior nível já registrado, e vários bairros ficaram debaixo d’água. Até então, o recorde havia sido na histórica enchente de 1941, com 4,75 m.

Chama a atenção na série histórica das cheias que a frequência delas parece ter aumentado nos últimos anos, especialmente a partir de 2023, com a ocorrência de 3 casos em menos de um ano. De acordo com o *World Weather Attribution*, as mudanças climáticas

¹ O dado não é diretamente comparável com os anos anteriores porque a enchente destruiu a régua de medição no dia 2/5 e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente instalou outra de forma emergencial, em 3/5, em outro local. Posteriormente se constatou que durante a cheia a inclinação do Guaíba foi alterada, sendo necessária a revisão das cotas de inundação (Paiva *et al.*, 2024).

aumentaram em mais de duas vezes a probabilidade de ocorrência de chuvas extremas no Rio Grande do Sul, além de torná-las mais intensas (ESTUDO..., 2024).

Gráfico 1: Maiores cheias do Guaíba (1873-2024)



Fonte: Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Se o hábito mais cultivado pelo porto-alegrense é amaldiçoar o tempo, esses acontecimentos também fomentaram outro antigo hábito da cidade: as polêmicas sobre o Guaíba. Oriunda do tupi-guarani, a palavra *Ghahyba* significa “encontro das águas”, já que ele recebe águas de rios como o Jacuí, Sinos, Caí e Gravataí. Ao Sul, ele deságua na Lagoa dos Patos (que na verdade é uma laguna). Nessa transição entre os rios e a lagoa, o Guaíba possui características próprias que já fizeram ele ser classificado como rio, lago e estuário. Até hoje há um forte debate técnico e político sobre isso, já que essa definição não muda apenas a nomenclatura, mas também a aplicação da legislação ambiental, que prevê uma área de preservação maior na beira dos rios. Neste artigo, optou-se por não entrar na discussão e chamá-lo apenas de Guaíba².

A segunda polêmica relacionada ao Guaíba é sobre a sua relação com a cidade de Porto Alegre, principalmente após a construção do Muro da Mauá, que tinha como objetivo impedir inundações. Enquanto alguns defendem a necessidade do muro para proteger a cidade, outros defendem sua derrubada, pois ele teria impedido o acesso ao Guaíba, além de questionar sua

² Também não será discutido aqui onde acaba o Rio Jacuí e começa o Guaíba. Na maioria das classificações, o Cais Mauá, objeto desse estudo, está no Rio Jacuí e o Guaíba só começa a partir da ponta onde está situada a Usina do Gasômetro. Popularmente, entretanto, tudo é chamado Guaíba.

eficácia. Em 2024, quando completou 50 anos, o muro resistiu à enchente, mas a falta de manutenção fez com que as casas de bombas e algumas das comportas falhassem, permitindo a entrada da água. O debate ficou mais acirrado do que nunca, além de mais político/partidário.

Nos últimos anos, enquanto a esquerda majoritariamente defendeu a manutenção do muro, entre a direita predominou a defesa da sua derrubada. No entanto, nem sempre foi assim. Construído na década de 1970 pela ditadura empresarial-militar, o muro inicialmente recebeu mais críticas da esquerda. Com o tempo, a polêmica foi ficando menos relacionada à ideologia, até que na última década isso voltou a ocorrer. Este artigo traz os resultados parciais de uma pesquisa em andamento sobre o alinhamento político das posições sobre o Muro da Mauá.

Na próxima seção, será apresentado o sistema de proteção contra inundações e alagamentos de Porto Alegre, do qual o Muro da Mauá faz parte, e as controvérsias sobre o muro. Depois será discutido como se deu historicamente a ocupação da cidade pelas diferentes classes, questionando a versão de que foi o muro que separou a população do Guaíba. Por fim, será abordado como que as polêmicas sobre o muro se relacionaram com a política nas últimas décadas.

2. O SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INUNDAÇÕES DE PORTO ALEGRE E AS POLÊMICAS SOBRE O MURO DA MAUÁ

Desde que se iniciou a ocupação do então Porto de Viamão, em meados do século XVIII, com um povoado que deu origem à cidade de Porto Alegre, enchentes de diferentes proporções eram relativamente frequentes. No entanto, em 1941 aconteceu um fenômeno de proporções até então não vistas. Cerca de 70 mil pessoas (em uma população de 272 mil) tiveram que deixar suas casas, que foram inundadas por 22 dias. O Guaíba chegou ao maior nível já registrado até então (4,75 m) e serviços básicos, como energia elétrica e água potável, deixaram de funcionar (Guimaraens, 2013).

Uma equipe do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) chegou para avaliar a situação de Porto Alegre e outras cidades e começou a planejar obras que evitassem que a tragédia se repetisse. A prefeitura e a Sociedade de Engenharia participaram das discussões e várias soluções foram cogitadas. Dois anos depois, o DNOS apresentou um plano

que demoraria décadas para ser executado. Algumas medidas foram realizadas poucos anos depois do projeto, como a retificação do Arroio Dilúvio, o maior dos arroios da cidade, que deságua no Guaíba e que frequentemente transbordava. As maiores obras, entretanto, ficaram no papel até que, em 1967, outra grande enchente atingiu a cidade. Embora menor que a de 1941, foi o suficiente para convencer as autoridades da urgência das obras.

O sistema de proteção contra inundações e alagamentos de Porto Alegre³ usou como referência a enchente de 1941 e se acrescentou uma margem de segurança de 1,25 m. Assim, foi projetado para uma cota de inundação de 6,0 m. A cidade foi cercada por diques externos com essa altitude. Próximo à rodoviária começa o dique em direção ao norte sobre o qual foi construída a avenida Castelo Branco, seguindo posteriormente pela BR-290 (Freeway). No limite norte de Porto Alegre, ele faz uma curva a Leste e protege também contra as cheias do Rio Gravataí. Outro dique começa próximo à Usina do Gasômetro e segue em direção ao Sul. Sobre ele foram construídas as avenidas Edvaldo Pereira Paiva (Beira-Rio) e Diário de Notícias.

Da rodoviária ao Gasômetro a grande densidade da ocupação próxima ao Guaíba não permitiu a construção de um dique nos mesmos moldes. Para resolver o problema, foi construída uma cortina de proteção de concreto, com 3 m abaixo do solo e 3 m acima, estando o topo no mesmo nível dos diques. É o polêmico Muro da Mauá, que fica entre o Centro Histórico e o Cais Mauá, um porto ainda ativo na época da construção do muro. Para permitir a passagem ao porto, o muro possui algumas entradas, com comportas que podem ser fechadas.

Para que a água do Guaíba não entre pela cidade pelos canos de esgoto durante as cheias, as antigas saídas foram obstruídas e o escoamento de água e esgoto é feita através de casas de bombas. Outro risco seria a água entrar pelos arroios que deságuam no Guaíba. Para evitar isso, foram construídos diques internos. O mais conhecido deles é a Avenida Ipiranga, construída nas margens do Arroio Dilúvio após a retificação do seu curso e que também está em uma cota de 6 m. Há ainda um sistema de drenagem urbana, para escoar a água da chuva que cai dentro da cidade, e que também está integrado ao sistema de proteção através de casas de bombas. A figura 1 mostra os principais elementos do sistema de proteção.

³ As informações sobre o sistema de proteção foram retiradas, principalmente, de Rauber (1992).

ocupadas / As portas desenhadas / No vergonhoso muro da Mauá”. A comparação com o Muro de Berlim e o apelido de “vergonhoso” não foram novidade, já existindo mais de uma década antes. De acordo com Staudt (2024), “os críticos do muro cinzento que separou o Centro Histórico do Guaíba o apelidaram de ‘Muro da Vergonha’ ou ‘Muro de Berlim’, como revela reportagem de Zero Hora em abril de 1975”.

Já a banda Engenheiros do Hawaii gravou, no seu disco O Papa é pop, de 1990, a música “Anoiteceu em Porto Alegre”. Nela, há uma comparação entre o pôr-do-sol visto do Centro (com muro) e da Zona Sul (sem muro): “Na zona sul existe um rio / Nesse rio mergulha o Sol / E arde fins-de-tarde, de luz vermelha / De dor vermelha, vermelho anil / Atrás do muro existe um rio / Que, na verdade, nunca existiu”. Em entrevista sobre a composição, o vocalista Humberto Gessinger contou que passou a infância no Quarto Distrito, antiga região industrial de Porto Alegre e uma das mais atingidas pelas inundações antes da construção do sistema de proteção. Ele vê dois lados no muro: “Lembro que minha vó viveu a enchente [de 1941], e isso virou uma nóia da cidade. O rio, em vez de ser um sinônimo de pôr do sol lindo, acabou quase virando uma coisa da qual a gente tem que se proteger. O muro tem essa relação dúbia, é uma coisa que nos protege, mas é uma coisa que nos priva também” (Weber, 2020).

Mas o que os Engenheiros do Hawaii queriam dizer quando cantaram que o rio que existe atrás do muro “na verdade, nunca existiu”? Talvez algo frequentemente esquecido por aqueles que defendem derrubar o muro: ele não separa a cidade do Guaíba, mas do Cais Mauá. Um dos setores do cais é formado por armazéns e já não permitia a vista livre ao Guaíba por quem passava pela av. Mauá antes da construção do muro. Outro setor do cais é formado por docas que davam livre acesso ao Guaíba. No entanto, alguns anos após a construção do muro foi feito o Trensurb, trem que liga Porto Alegre a outros cinco municípios. Ele tem sua estação final em frente ao Mercado Público, no Centro de Porto Alegre, e seus trilhos entre a estação Rodoviária e a estação Mercado correm junto ao lado interno do muro. O Trensurb é um dos principais meios de transporte da Região Metropolitana e é muito improvável que mude seu trajeto. Como dos 2.647 metros do Muro da Mauá, 1.649 estão atrás dos trilhos, uma eventual derrubada do muro deixaria pouco menos de um quilômetro livre.

Considerando que o sistema de proteção é formado por 68 km de diques, é um exagero achar que um trecho de 1 km de muro é o grande responsável por afastar a cidade do Guaíba,

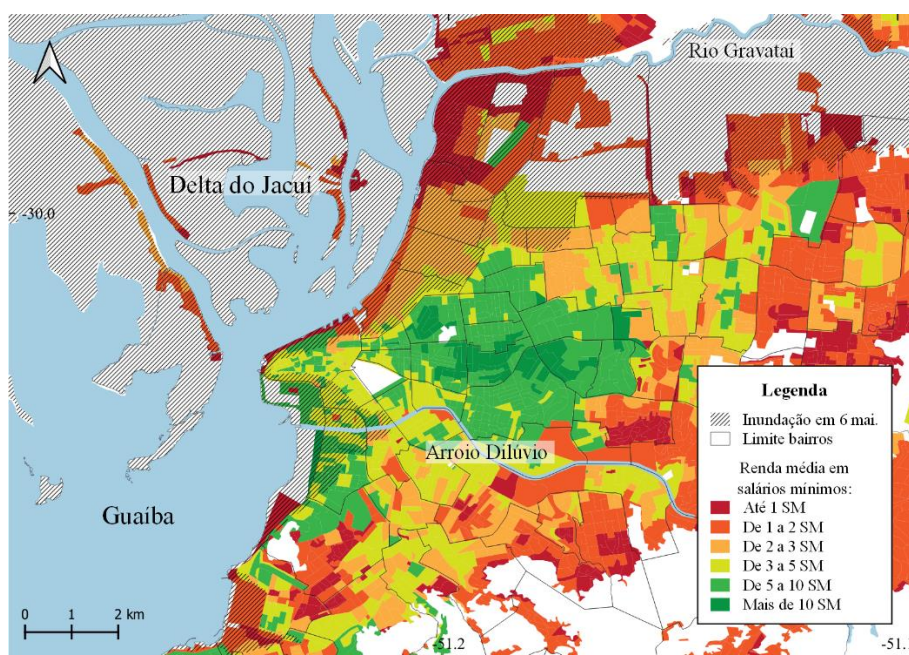
mesmo que seja na sua região mais central. Até porque esse trecho possui seis acessos (que podem ser fechados por comportas em caso de enchente) e, como já dito, não dão acesso direto ao Guaíba, mas aos armazéns. O restante do sistema de proteção, aliás, é uma barreira muito maior para o acesso ao Guaíba do que o Muro da Mauá. A av. Castelo Branco, por exemplo, que está construída sobre um dos diques, é uma via expressa com velocidade máxima de 80 km/h, três pistas em cada direção (com os trilhos do Trensurb passando no meio) e nenhuma passarela para pedestres. No entanto, não é acusada de separar a cidade do Guaíba.

Voltando s docas, uma delas era a Doca das Frutas, aonde chegavam barcos do interior do estado com frutas que eram vendidas no próprio local. Muitos barqueiros acabaram estabelecendo moradia em uma área próxima à rua da Conceição, formando uma vila que também ficou conhecida como Doca das Frutas. Essa vila sofreu pelo menos três remoções por parte do poder público, reaparecendo em outros lugares, sempre próximos ao Guaíba (Klafke; Weimer; Furini, 2022, p. 142). Em um relatório da prefeitura em 1952, foram listados os setores da cidade que concentravam os maiores agrupamentos de “malocas” (Furini, 2022, p. 41). O terceiro maior era a Zona Litoral, que incluía a Doca das Frutas e ia do Centro ao bairro Navegantes, uma área atingida pelas enchentes. Entre os cinco maiores setores também estavam a Vila Ilhota e a Vila D.T.O., próximas ao Arroio Dilúvio e que eram alagadas ainda mais frequentemente. Isso sugere que, antes da construção do sistema de proteção, a proximidade com a água não era muito desejada e acabava atraindo setores da população que não tinham escolha, o que será explorado na próxima seção.

3. MORADIA EM PORTO ALEGRE: A RELAÇÃO ENTRE ALTITUDE E RENDA

Na maioria das cidades, a inundação de 2024 atingiu, principalmente, áreas de baixa renda e com uma população negra acima da média dos municípios (Augustin; Soares, 2024). Em Porto Alegre, foi o caso das ilhas do Delta do Jacuí e de bairros como Sarandi, Humaitá e Farrapos. Mas também chegou a regiões de classe média, como as partes baixas do Centro Histórico e os bairros próximos à foz do Arroio Dilúvio, principalmente a Cidade Baixa e o Menino Deus (figura 2). Isso pode ser explicado pela história da ocupação da cidade, que sempre teve uma forte relação entre altitude e renda, mas que sofreu alterações devido às obras de prevenção contra enchentes, entre outros fatores.

Figura 2: Regiões Norte e Central de POA: renda (2010) x área inundada (6/5/24)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE) e do repositório de informações geográficas da UFRGS.

Porto Alegre começou a ser povoada no que hoje é o bairro Centro Histórico, uma península que avança sobre o Guaíba. A topografia dessa península é caracterizada por um espigão que se desenvolve no sentido leste-oeste e tem sua altura máxima (cerca de 40 metros) na atual Praça da Matriz. Pela praça, passa a antiga rua da Igreja, atual rua Duque de Caxias, que percorre exatamente a crista do espigão. É justamente essa rua, a mais alta da cidade naquele momento, que se concentravam as famílias mais ricas no século XIX (Villaça, 2017, p. 203-204). Segundo Cabral (1982), a altitude foi a principal característica escolhida pelas camadas de alta renda de Porto Alegre para definir seus locais de moradia. Além de questões simbólicas, os locais altos oferecem melhores visuais, melhor microclima e, mais importante para este artigo, ausência de inundações. Quando a cidade passou a se expandir, as camadas de alta renda mantiveram a escolha por lugares altos e deram preferência por se instalar no sentido leste, ao longo da av. Independência (continuidade da rua Duque de Caxias), até o Moinhos de Vento (e, mais tarde, nos bairros seguintes que foram se formando).

As orlas também costumam trazer uma apazibilidade que pode concorrer com os lugares altos. No caso de Porto Alegre, houve um segundo sentido de expansão das áreas ricas, em direção ao Sul, em pontos próximos ao Guaíba. O primeiro foi o antigo arraial do Menino

Deus (parte do atual bairro Menino Deus), que já tinha sido local de chácaras e casas de fim de semana de famílias de alta renda (Villaça, 2017, p. 205). Esse segundo eixo de expansão das áreas residenciais ricas, além de muito menor que o primeiro, é mais fragmentado e também foi influenciado pelo relevo:

A orla do Guaíba, igualmente, aglutina estratos de altas rendas, embora de maneira menos intensa e seguindo a regra geral de relação direta entre renda e altitude. [...] As áreas junto à orla do Guaíba com baixios (frequentemente inundáveis) ou desprovidos de vegetação ou possibilidades visuais são um fator negativo para a ocupação residencial. A relação só se verifica quando a proximidade à orla está associada a elementos paisagísticos, visuais amplas e altitude, próprias a determinados segmentos da costa. Essa tendência é historicamente importante na ocupação da Cidade, já que as áreas da várzea norte do sítio urbano (apresentando baixios inundáveis e poucas possibilidades visuais) se caracterizaram pela ocupação industrial e de estratos de baixas rendas. Outra evidência empírica é a própria descontinuidade do setor sul onde, apenas, as áreas de costa com altitudes ou dotadas de equipamentos que permitam o uso do Guaíba, como lazer estão ocupadas por estratos de altas rendas. (Cabral, 1982, p. 179)

Ou seja, o discurso de que o Muro da Mauá fez a cidade virar de costas ao Guaíba esconde o fato de que aqueles que realmente podiam escolher onde morar optavam por ficar distante da água. O Guaíba era valorizado nos locais onde era visto do alto, sem risco de inundar. Ao longo do século XX, os aterros, obras de drenagem e sistemas de proteção foram alterando um pouco esse quadro. É o caso, por exemplo, da já citada Ilhota, que recebeu esse nome porque ficava dentro de uma volta tão acentuada do Arroio Dilúvio que formava quase uma ilha. Com frequência a região da Ilhota alagava até que, após a cheia de 1941, o Arroio Dilúvio foi canalizado e teve seu traçado retificado. Os alagamentos reduziram muito, mas isso despertou interesses imobiliários. Em 1946, um decreto municipal desapropriou 76 imóveis da região (SILVA, 2022). Em 1967, o restante da população da Ilhota foi removido e enviado para uma área até então rural e distante do centro da cidade, dando origem ao bairro Restinga. A área da Ilhota, atualmente faz parte do bairro Menino Deus, quase na divisa com a Cidade Baixa. É um caso de região de baixa altitude que, após ter reduzido os problemas de alagamento, passou por um processo de gentrificação, mudando a tendência de escolha de áreas altas pelas camadas de alta renda. Em 2024 essa parte da cidade voltou a ficar debaixo d'água, por falhas em uma casa de bombas durante a enchente, explicando a aparente exceção do mapa da figura 2.

O mapa usou dados de 2010, os mais atuais disponíveis⁴. Mas desde então mais algumas áreas próximas ao Guaíba passaram por processos de valorização imobiliária. Houve, por

⁴ Quando o artigo foi escrito, o IBGE ainda não havia divulgado os dados de renda do Censo 2022.

exemplo, a remoção da Vila Chocolate, a construção da Arena do Grêmio (com um condomínio ao lado), do Pontal e do BarraShoppingSul e o início da construção do bairro privado Golden Lake. Foram realizadas alterações no plano diretor do Centro e do Quarto Distrito para incentivar a construção de novos prédios (voltados, principalmente, para a alta renda) e há um projeto de operação urbana consorciada para o entorno do Dilúvio. A orla do Guaíba ao sul da Usina do Gasômetro foi reformada e o Parque Harmonia e o Cais Mauá (atrás do muro) foram concedidos à iniciativa privada. Portanto, apesar do sistema de proteção contra cheias ser acusado de afastar a cidade do Guaíba, foi o seu relativo⁵ sucesso que fez com que aqueles que definem os rumos da cidade passassem a se interessar pelas áreas próximas ao Guaíba. Isso influenciou os debates políticos sobre o muro.

4. ESQUERDA E DIREITA NAS DISCUSSÕES SOBRE O MURO DA MAUÁ

Desde a construção, o Muro da Mauá foi alvo de críticas. As obras do sistema de proteção contra cheias trouxeram grandes mudanças para a cidade, sem que fosse discutido com a população as vantagens e desvantagens das diferentes alternativas existentes de proteção. Sendo uma obra realizada pela ditadura empresarial-militar, as primeiras críticas vieram da esquerda, sobretudo dos ambientalistas. Com o processo de democratização, os questionamentos ao muro crescem e a Câmara Municipal passa a ser um importante local de debate. As pesquisas para esse artigo encontraram 50 atas de sessões legislativas entre 1987 e 1997⁶ em que o Muro de Mauá foi discutido.

Uma fala do vereador Flávio Coulon (PMDB), em 1988, mostra que o impedimento de entrar na área portuária (que era administrada pelo governo estadual) não era causado apenas pela barreira física do muro. Ele denuncia que três guardas do cais espancaram um vendedor que passeava no local com sua namorada. Ele lembra que o espaço entre o muro e os armazéns ainda faz parte oficialmente da av. Mauá e, portanto, é da prefeitura e deveria ser de acesso livre a toda população, mas os seguranças impediam o acesso. Por duas vezes, em 1992 e 1993, o vereador Dilamar Machado (PDT) acusa o uso irregular do espaço como estacionamento

⁵ Relativo porque da década de 1970 à de 2000, não houve nenhuma cheia de grandes proporções. Mas houve cheias que, sem o sistema, teriam atingido partes da cidade.

⁶ Pretende-se expandir a pesquisa para os anos posteriores em trabalhos futuros. No período pesquisado, houve uma limitação às atas disponíveis no *site* da Câmara, já que o acesso ao arquivo físico foi negado, pois o arquivo foi atingido pela enchente deste ano e os documentos estão em processo de recuperação.

privado: “qualquer pessoa que entrar hoje na Mauá atrás do muro vai ver que no muro está pintado 35, 36, 37, 75 em ordem. Boxes numerados, numa Avenida que é do público, quem cobra, quem recebe, eu não sei. Ninguém sabe”. “Aquela faixa do Porto, que hoje é utilizada exclusivamente para um estacionamento particular, onde cabem 700 automóveis, e não são cobrados valores nem pelo Estado nem pelo DEPRC. Alguém está ganhando naquilo”.

Sobre o muro em si, há mais críticas que defesas. Em maio de 1988, por exemplo, Brochado da Rocha (PMDB) diz que “esse ‘muro da vergonha’ criou um privilégio odioso, que é expropriar da cidade de Porto Alegre aquela área”. Em 1991, Osmar Ferri (PSB) diz que, “além de inservível”, o muro era “inútil e imprestável”. Ele é um dos vereadores que mais defende a derrubada do muro, mostrando, quase sempre, desconhecimento de como funciona o sistema de proteção contra inundações. Em outra sessão, Ferri diz que se o esgoto pluvial e cloacal sai da cidade por canos, a água do Guaíba pode entrar pelos mesmos canos. O Secretário Municipal do Planejamento, João Vasconcellos, que estava presente na sessão, explicou que havia um sistema que impedia a água de voltar. O vereador do PSB então argumenta que a água pode passar pelo lado do muro: “Longe de criticar os aspectos da engenharia, mas parece que nos contornos da Estação Rodoviária, quando houver uma enchente como a de 41 ou 67 a água entraria por lá e na Volta do Gasômetro”.

Mas o partido que mais se destaca na posição pela derrubada do muro é o PDT. Diferentes vereadores do partido defendem essa posição, principalmente Nereu D’Ávila (que até hoje é vereador, mas agora pelo PL). Em 1988 ele diz que “não é mais possível o muro da Mauá. Ele está velho, está superado, tem que ser demolido, o porto recuperado e aquela via pública devolvida à população de Porto Alegre”. Nos anos 90 as críticas ficam mais frequentes, até que D’Ávila apresenta um projeto de lei autorizando a derrubada do muro sem a substituição por nenhuma outra proteção⁷. Em 19 de agosto de 1996, quando o projeto seria votado, Nereu comenta em seu discurso sobre um programa de TV que havia participado no dia anterior: “Fui a um debate, na TV-COM, com o Ver. João Dib e o engenheiro do DEP [Departamento de Esgotos Pluviais da prefeitura] e este, em nome do Governo Municipal, é contra a derrubada. [...] Agora, nessa, acho que o Ver. João Dib vai ficar com o PT, os extremos irão se chocar,

⁷ O projeto acabou sendo aprovado meses depois, mas com uma emenda apresentada por João Dib condicionando a derrubada do muro à anterior implantação de outro sistema de proteção. Na prática, a lei aprovada não teve nenhum efeito, já que apenas autorizava, mas não obrigava, o executivo.

ambos não querem a derrubada do muro. Só que o Eng. Villela, que também foi Prefeito, e bom Prefeito, em nome do Governo do Estado está na luta para a derrubada do muro”. Esse relato ilustra bem como, naquele momento, as posições sobre o muro não tinham um alinhamento ideológico definido. Dib (PPB, ex-ARENA) era o maior defensor do Muro da Mauá na Câmara. Engenheiro civil, Dib havia sido nomeado prefeito durante a ditadura. Antes disso, foi Secretário Municipal de Obras e Diretor Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE). Entre os vereadores, era o que mais conhecia o sistema de proteção. Já o PT ocupava a prefeitura naquele momento e também estava contra o projeto. O Eng. Villela citado é Guilherme Sociais Villela, outro ex-prefeito da ditadura, e que estava comandando a Secretaria Estadual de Transportes, durante a gestão Britto (PMDB). O governo estadual havia lançado o projeto Porto dos Casais, que pretendia transformar o Cais Mauá em uma zona de lazer administrada pela iniciativa privada. Entre outras coisas, o projeto previa a construção de um shopping de 18 andares e a substituição do muro por um sistema móvel que só seria montado quando o Guaíba tivesse risco de transbordar. O Porto dos Casais não saiu do papel, mas quase todas as diferentes propostas de revitalização do porto surgidas desde então passaram por essas três polêmicas: 1) manter, derrubar ou substituir o muro; 2) construir ou não novos prédios na área portuária e de que altura; 3) manter a área pública ou conceder para a iniciativa privada.

Mais de 10 anos depois, nas eleições municipais de 2008, o jornal Zero Hora perguntou a todos os candidatos sua posição sobre o muro⁸. Paulo Rogowski (PHS) defendeu sua derrubada. Onyx Lorenzoni (DEM, atualmente no PL) propôs manter o muro, mas construir um viaduto sobre a av. Mauá para permitir a vista do Guaíba de dentro dos carros. José Fogaça, que já era prefeito naquele momento e foi reeleito, sugeriu reduzir a altura do muro de 3 m para 1,5 m. Marchezan (PSDB), Luciana Genro (PSOL), Maria do Rosário (PT) e Vera Guasso (PSTU), com algumas variações, responderam que gostariam de substituir o muro por outro sistema que oferecesse o mesmo nível de proteção se fosse possível.

Mesmo reeleito, Fogaça não deu seguimento à ideia de reduzir o muro. Prevaleceu a posição dos técnicos do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP) de que o muro deveria permanecer como estava. Um exemplo de manifestação pública da prefeitura durante esta

⁸ Data de publicação desconhecida. Um *print* de parte da notícia foi publicada em 22/05/24 no X, antigo Twitter, por Gustavo Fogaça, jornalista da BandNews FM e filho do ex-prefeito José Fogaça.

gestão foi o artigo do diretor-geral do DEP publicado em 2011⁹ no jornal Zero Hora e na página da prefeitura: “Se não temos um projeto que garanta a proteção da cidade contra as cheias em substituição ao muro [...] que gestor seria capaz de assinar sua derrubada com segurança? Por isto, ele continua em pé, apesar de já terem passado pela prefeitura gestores de todos os partidos políticos” (Teixeira, 2011). Há aqui alguma semelhança com a postura adotada anteriormente pelo PT nos anos em que governou Porto Alegre: embora alguns integrantes do partido tivessem feito críticas ao muro antes das gestões petistas e da primeira gestão do PT ter discutido a realização de um plebiscito sobre o tema, depois de pouco tempo foi o DEP que passou a representar a prefeitura nessas discussões e com posições favoráveis à manutenção do muro. Foi inclusive publicado um livro de autoria de Vicente Rauber, diretor do DEP no governo Olívio, com o objetivo de explicar o sistema de proteção para a população (Rauber, 1992).

A partir de 2015, entretanto, os debates sobre o muro tomam outro rumo. Em 2010, a governadora Yeda Crusius (PSDB) havia concedido o Cais Mauá para um consórcio privado. Passados 5 anos, as reformas pareciam que finalmente iriam começar¹⁰ e foi apresentado um Estudo de Impacto Ambiental do projeto proposto. Na audiência pública que discutiu o EIA-RIMA esteve presente um grupo de pessoas em apoio à gestão privada do Cais, lideradas pela Banda Loka Liberal, criada pelo Movimento Brasil Livre (MBL) para tocar músicas inspiradas em torcidas de futebol nos protestos a favor do impeachment de Dilma Rousseff em Porto Alegre. A Banda Loka Liberal entrou no local da audiência cantando: “Privatiza / Privatiza tudo / Privatiza / E derruba o muro”. Também foi entregue um panfleto do “Pôr do Sol Livre”, uma página de Facebook que havia sido criada alguns dias antes. O primeiro post dessa página era um texto em defesa do empreendedorismo e contra o Estado, assinado por Ricardo Gomes, chefe de gabinete do deputado Marcel van Hattem e coordenador do MBL/RS. Gomes também havia sido presidente do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), que organiza o Fórum da Liberdade, e vice-presidente do Instituto Liberal. No ano seguinte, participou da criação da produtora de vídeos Brasil Paralelo.

⁹ Em 2011 o prefeito já era José Fortunati, eleito vice de Fogaça e que assumiu em 2010 após este renunciar ao cargo para concorrer a governador. Em 2012 Fortunati foi eleito para um novo mandato na prefeitura.

¹⁰ O consórcio tinha várias irregularidades, nunca iniciou as obras prometidas e, depois de uma operação da Polícia Federal que mostrou que o consórcio funcionava apenas como lavagem de dinheiro, o governo do estado rompeu a concessão.

A página “Pôr do Sol Livre” logo ganhou muito seguidores e passou a associar a derrubada do muro à privatização do Cais Mauá. O curioso é que a própria empresa que havia assumido a concessão já tinha anunciado que manteria o muro, mas com um novo projeto paisagístico assinado por Jaime Lerner, que o tornaria esteticamente mais agradável. Ou seja, a associar aquela concessão ao fim do muro não era verdade. O objetivo era atrair a grande parcela dos porto-alegrenses contra o muro para gerar engajamento na página e com isso defender pautas neoliberais, como a privatização. Logo a página também passou a ser usada para divulgar os atos do MBL pelo impeachment, além de nomes que seriam candidatos no ano seguinte.

O que parecia até então um discurso sem muita coerência na internet tomou outras proporções com o sucesso eleitoral do MBL em 2016. Um integrante do MBL, Nelson Marchezan Jr. (PSDB), foi eleito prefeito e o grupo passou a ter forte influência na prefeitura, a ponto de Kim Kataguirí ser apresentado em uma reunião da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL) como o “canal de comunicação” entre o prefeito eleito e os empresários gaúchos (Gomes, 2016). O MBL também elegeu três vereadores: o já citado Ricardo Gomes (PP, atualmente no PL), Felipe Camozzato (Novo) e Ramiro Rosário (PSDB, atualmente no Novo). Todos eles tiveram um papel importante no rumo tomado pelas discussões sobre o muro.

Na prefeitura, Marchezan passou a defender a derrubada do Muro da Mauá, tentando transformá-lo em um símbolo de todas as barreiras que impediam o desenvolvimento da cidade: “Eu quero derrubar o Muro da Mauá. Eu já disse que gostaria de ser o piloto do trator que derrube esse muro. Temos muitos muros que deveriam ser derrubados, mas não são por medo” (Gonzatto, 2019). Camozzato fez campanhas nas redes sociais contra o muro, com memes sobre a sua derrubada. Mas quem mais se envolveu no tema foi Ramiro Rosário, que foi nomeado por Marchezan como Secretário Municipal de Serviços Urbanos. Com discurso de Estado mínimo, Rosário extinguiu o Departamento de Esgotos Pluviais, que era vinculado à secretaria. As responsabilidades desse órgão foram assumidas pelo DMAE, mas este também passava por um processo de sucateamento, com o objetivo de privatizá-lo. No dia em que a extinção do DEP foi aprovada, Marchezan comentou nas redes sociais que iria “aplicar o dinheiro público onde ele é mais necessário, que é a vida real das pessoas”. Proteção contra enchentes, aparentemente, não faz parte da vida real. O desmonte foi tão grande que Porto Alegre perdeu R\$ 121,9 milhões

do Governo Federal para obras de drenagem que estavam previstas no PAC, pois a prefeitura não enviou os documentos a tempo. Esse dinheiro serviria, entre outras coisas, para reformar 13 casas de bombas, justamente a parte do sistema de proteção que apresentou mais falhas em 2024. O objetivo não era resolver o problema dos alagamentos, mas deixar o sistema sem funcionar para dizer que o que é público não funciona e que era necessário privatizar (o Cais, o DMAE e o que mais fosse possível).

Em 2020, Sebastião Melo foi eleito e a linha política permaneceu a mesma, mas foi aprofundada. Seu vice-prefeito foi Ricardo Gomes, um dos vereadores eleitos com apoio do MBL na eleição anterior e autor do primeiro *post* da página “Pôr do Sol Livre”. Já na sua primeira semana como prefeito, Melo participou do evento de assinatura do contrato de arrendamento de uma parte do Cais Mauá para uma empresa privada. Nele, defendeu “cortar o muro da Mauá pela metade” para devolver a visão do Guaíba aos porto-alegrenses. No mesmo evento, o governador Eduardo Leite (PSDB) disse que “precisamos encontrar uma solução para o muro, construído para a contenção das cheias, mas em 50, 60 anos, não chegou a ser usado. Não se justifica aquela barreira visual. O custo econômico foi maior do que eventual perda de uma cheia que tivesse de ser contida” (Oliveira, 2021). Os dois também defenderam que o Trensurb, um trem de superfície, fosse enterrado. Mas, segundo o governador, para isso acontecer seria necessário privatizar o Trensurb, que é gerido por uma empresa estatal federal. Três meses depois, o governo anunciou que o investidor que assumisse a nova concessão do Cais Mauá seria obrigado a derrubar ou reduzir o muro.

Esses acontecimentos mostram como que foi sendo construída a ideia de que derrubar o muro (seja com a adoção de um sistema de proteção alternativo ou não) era algo relacionado à privatização. Se, nos primeiros anos, o muro era associado à ditadura e seus críticos reivindicavam a democracia, na última década a direita conseguiu associar o muro ao Estado e a sua derrubada, ao mercado. De forma reativa, cresce a defesa do muro por parte da esquerda. Mas as discussões sobre privatização não foram o único motivo.

Como dito na sessão anterior, os anos em que a cidade ficou sem grandes inundações fez com que o mercado imobiliário voltasse a valorizar zonas baixas próximas ao Guaíba. A maior delas foi o Quarto Distrito, antiga região industrial de Porto Alegre que engloba os bairros Floresta, São Geraldo, Navegantes, Farrapos e Humaitá. A prefeitura aprovou um programa de

“regeneração urbana” para esses bairros com incentivos fiscais de ITBI e IPTU, descontos na venda de solo criado e fim do limite máximo de altura dos prédios, entre outros benefícios. No Centro Histórico foi aprovado outro programa, com medidas similares. Nos novos empreendimentos que começaram a ser planejados para essas áreas, a publicidade usou muito da ideia de reencontro da cidade com o Guaíba. Desta forma, os interesses do capital imobiliário se somaram ao discurso contra o muro, que seria o símbolo do período de distanciamento do Guaíba. E para que a propaganda funcionasse, era importante reforçar a ideia de que inundações como a de 1941 não aconteceriam mais.

Talvez não seja coincidência que, entre os técnicos ouvidos pela imprensa para defender a derrubada ou redução do muro, um dos mais frequentes era o professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS Benamy Turkienicz. Conhecido por defender os interesses do setor imobiliário e próximo das últimas gestões da prefeitura, Benamy foi o responsável pela elaboração do *masterplan* do Quarto Distrito. Em 25 de abril de 2019, na Rádio Guaíba, o professor minimiza os riscos de uma nova enchente:

Qual o tempo de retorno de uma enchente de 4,10 metros, que teria sido a altura das águas da grande enchente de 1941? Parece que a previsão de retorno para uma lâmina dessa altura é de aproximadamente 600 anos. Então teríamos um muro de três metros para uma taxa de retorno de 600 anos. Uma cortina de 60 centímetros acima do solo, até de 45, já seria suficiente para nos tranquilizar, porque nada iria acontecer com alagamentos se tivéssemos cortina com esse tamanho. (Vieira, 2019).

Um dia antes, Benamy já havia contribuído para uma reportagem em que defendeu que “tirar o Muro da Mauá representaria um enorme ganho”, devido ao alto tempo de recorrências calculado para as cheias. A mesma matéria entrevistou Fernando Dornelles, do IPH/ UFRGS, instituto responsável pelos cálculos do tempo de recorrência citados, que destacou que os cálculos são projeções a partir de medições passadas, não significam que um evento imprevisto não possa ocorrer e que podem mudar de um ano para o outro, com novos dados. Ele deu o seguinte exemplo: “Em 1925, a taxa de retorno esperada para uma cheia como a de 1941 era de 13.587 anos. Ainda assim, acabou acontecendo poucos anos depois” (Gonzatto, 2019).

Como já mostrado, nos últimos 10 anos as cheias foram mais frequentes que nas décadas anteriores. Há diversas evidências de que isso não é uma variação aleatória, mas está relacionado às mudanças climáticas. Aqui entra outro motivo que ajudou a dividir as posições sobre o muro entre esquerda e direita. Em 1991, em uma discussão sobre o muro na Câmara

Municipal, essa tendência já via sido apontada pelo Vereador Giovani Gregol (PT). Ele era diretor da Agapan, a primeira organização ambientalista do Brasil, e em seu discurso disse que foi crítico à construção do muro, mas que mudou de opinião porque, com o aquecimento global, haveria “um risco muito grande de terem aumentado o risco das enchentes, dos alagamentos”.

Enquanto a esquerda passou a usar cada vez mais o aquecimento global para defender que se mantivesse a proteção contra enchentes, a direita muitas vezes nega a sua existência. Serão apresentados aqui três exemplos dos muitos que aconteceram nos últimos meses: 1) Na convenção que oficializou a candidatura a reeleição de Sebastião Melo em julho de 2024, por exemplo, o deputado Giovani Cherini (PL) disse que “esse discurso da esquerda, de aquecimento global, é o mesmo discurso mentiroso de usar máscara, fazer vacina e fechar tudo. Nós vamos provar, lá na frente, que se trata de uma mentira”. 2) Em 8 de maio, no auge das inundações, o vice-prefeito Ricardo Gomes apareceu em um vídeo para falar sobre o resgate das vítimas usando um boné da Brasil Paralelo, uma das maiores responsáveis pela difusão do negacionismo climático no Brasil. 3) O empresário Winston Ling compartilhou em suas redes sociais em maio vídeos dizendo que a inundação era “evento cíclico e natural, não tem nada a ver com a ação do homem”. Ling é um dos maiores financiadores da extrema-direita brasileira. Fundador do IEE e do Instituto Liberal, foi ele quem apresentou Paulo Guedes para Bolsonaro. A proximidade com Sebastião Melo é tal que, quando a prefeitura alagou, o gabinete do prefeito do prefeito foi transferido para o Instituto Ling.

Anthony Ling, sobrinho de Winston, é outro personagem importante na discussão sobre o muro. Editor do *site* Caos Planejado, o arquiteto e urbanista é presença constante nos debates sobre temas urbanos na imprensa gaúcha, já tendo participado de vários debates sobre o muro. Anthony é um dos fundadores do Estudantes pela Liberdade, grupo que deu origem ao MBL. Um de seus textos sobre o tema se chama “Prefeito, derrube o muro da Mauá!” e foi publicado pela Zero Hora e pelo Instituto Millenium. Nele, Anthony diz que “a chance de uma enchente como a de 1941 é de uma vez a cada 1.500 anos. Atingir a altura ainda maior do atual Muro da Mauá é próximo do impossível” (Ling, 2019). Poucos anos depois, o “impossível” aconteceu. No texto que escreveu sobre a enchente de 2024 depois que ela havia ocorrido, diz que “estas modelagens [que projetavam o período de 1.500 anos] são muito sensíveis a novas ocorrências, que tendem a aumentar com mudanças climáticas” (Ling; Inglês, 2024). Se a

modelagem é sensível e se o risco tende a aumentar com as mudanças climáticas, por que afirmou anteriormente de forma tão categórica que o risco era “próximo do impossível”?

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há 50 anos o Muro da Mauá divide opiniões entre os porto-alegrenses. Acusado de separar a cidade do Guaíba, na realidade ele teve uma culpa menor do que a que se costuma atribuí-lo. Afinal, sua demolição permitiria uma integração maior do Cais Mauá com o Centro Histórico caso fossem dado novos usos aos armazéns, mas não traria grandes vantagens em relação à vista para o Guaíba, como se costuma argumentar. Em parte, as críticas ao muro se devem ao saudosismo de uma época que nunca existiu.

Em relação aos posicionamentos políticos, o artigo tentou mostrar que o alinhamento ideológico nem sempre existiu e, quando existiu, foi mudando ao longo do tempo. Nos últimos anos a direita gaúcha, principalmente a partir de pessoas ligadas ao MBL, passou a se destacar nas críticas ao muro, fazendo com que a defesa dele passasse a ser vista como uma pauta de esquerda. Entre os fatores que levaram a essa nova situação, podem ser citados as discussões sobre privatização e sobre mudanças climáticas, além de interesses imobiliários.

6. REFERÊNCIAS

AUGUSTIN, A. C.; SOARES, P. R. Tragédia socioambiental no RS: revelando pobres e negros. **Nexo Jornal**, 7/6/24. Disponível em: <https://abrir.link/iPblg>. Acesso em: 03 ago. 2024.

CABRAL, G. F. **Distribuição espacial dos usos residenciais do solo: o caso de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1982.

ESTUDO conclui que mudança climática tornou chuvas históricas no RS duas vezes mais prováveis. **Sul21**, Porto Alegre, 4 jun. 2024. Disponível em: <https://abrir.link/XbJKs>.

FURINI, V. R. **Trabalho, conflitos e solidariedades: ordem e desordem na Doca das Frutas (Porto Alegre/RR – 1940-1953)**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

GOMES, L. Sem prestígio de autoridades, líder do MBL promete na Federasul ser ‘canal de comunicação’ de Marchezan. **Sul21**, 16 nov. 2016. Disponível em: <https://abrir.link/HQsGK>.

GONZATTO, M. "Quero derrubar o Muro da Mauá", afirma Marchezan em evento no Cais. **Zero Hora**, 23 abr. 2019. Disponível em: <https://abrir.link/pYXhU>. Acesso em: 04 ago. 2024.

GONZATTO, M. Muro da Mauá: inundação semelhante à de 1941 atingiria até 43,5 mil imóveis. **GZH**, 24/04/2019. Disponível em: <https://abrir.link/ZBUux>. Acesso em: 04 ago. 2024.

GUIMARAENS, R. A enchente de 41. 4. ed. Porto Alegre: Libretos, 2013.

KLAFKE, A. A.; WEIMER, R. A.; FURINI, V. R. **A cidade que devora malocas**: Habitação popular e o espaço urbano de Porto Alegre (c. 1943 – c. 1973). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.

LING, A. INGLÊS, R. **Entendendo as enchentes em Porto Alegre**. Caos Planejado, 23 mai. 2024. Disponível em: <https://abrir.link/IEtgF>. Acesso em: 04 ago. 2024.

LING, A. Prefeito, derrube o muro da Mauá! **Zero Hora**, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://abrir.link/oYeHy>. Acesso em: 04 ago. 2024.

MENEGAT, R. (coord). Atlas ambiental de Porto Alegre. 3. ed. Porto Alegre: EdUFRGS, 2006.

NACHTIGALL, L. F.; SIAS, E. **Laudo meteorológico sobre o evento de chuva extrema e enchentes recordes**: Rio Grande do Sul 2024. METSUL Meteorologia. Parecer técnico elaborado em maio de 2024. Disponível em <https://abrir.link/blfch>. Acesso em: 09 jul. 2024.

OLIVEIRA, R. Futuro do Cais Mauá opõe Sebastião Melo a Eduardo Leite. **Zero Hora**, 05 jan. 2021. Disponível em: <https://abrir.link/kXpGW>. Acesso em: 04 ago. 2024.

PAIVA, R. *et al.* Sobre a referência de níveis d'água no monitoramento do Guaíba. **Nota Técnica do IPH-UFRGS**. 25/05/2024. Disponível em: <https://abrir.link/hsDYu>. Acesso em: 02 ago. 2024.

RAUBER, V. **Prevenir é o melhor remédio**: Sistemas de proteção contra inundações e alagamentos de Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, 1992.

RIO GRANDE DO SUL. Defesa Civil. **Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 08/7**. Porto Alegre, RS, 2024. Disponível em: <https://abrir.link/JJYIi>. Acesso em: 09 jul. 2024.

SILVA, A. F. **Lupicínio: uma biografia musical**. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

STAUDT, L. "Muro da Vergonha": a polêmica construção do Muro da Mauá na década de 1970. **Zero Hora**, 04/06/24. Disponível em: <https://abrir.link/nkApq>. Acesso em: 03 ago. 2024.

TEIXEIRA, E. C. **O Muro da Mauá e suas comportas**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 10 jan. 2011. Disponível em: <https://abrir.link/ZGKYu>. Acesso em: 04 ago. 2024.

VIEIRA, A. Muro da Mauá: estrutura menor é alternativa apontada por especialistas ouvidos pela Rádio Guaíba. **Rádio Guaíba**, 24 abr. 2019. Disponível em: <https://abrir.link/OjFmN>.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2017.

WEBER, J. R. Humberto Gessinger canta Anoteceu em Porto Alegre em homenagem aos 248 anos da Capital. **Zero Hora**, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://abrir.link/aNvTe>.